

AS PERCEPÇÕES DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL A RESPEITO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

José Elias Alves dos Santos¹³

Resumo: Este artigo busca apresentar uma análise da pesquisa monográfica realizada durante o Curso de Especialização Uniafro: Política da Promoção da Igualdade Racial na Escola ofertado pelo Neab/UFES, que investigou as percepções de um grupo de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil da Serra/ES, acerca de como ocorrem às relações étnico-raciais no espaço escolar, focando a infância e analisou como essas refletem em sua prática pedagógica. Utiliza-se principalmente de pesquisas que abordam a temática étnico-racial na educação infantil para subsidiar o estudo e também a Lei 10.639/2003. A metodologia empregada foi a descritiva, utilizando-se do estudo de caso para que se atingissem os objetivos propostos, adotando o questionário, a exploração de documentos e a entrevista como instrumentos para coleta de dados. Seus principais resultados confirmam as suposições destacadas pelos textos do nosso referencial teórico que os professores possuem dificuldades para enxergar o racismo na escola.

Palavras-chave: Percepções; Infância; Professoras de Educação Infantil.

Abstract: This article seeks to present an analysis of the monographic survey conducted during the Specialization Course Uniafro: Policy for the Promotion of Racial Equality School offered by Neab/UFES, which investigated the perceptions of a group of teachers of a Municipal Center for Children of Sierra Education / ES, about how occur the ethnic-racial relations at school, focusing on children and analyzed how these reflect on their practice. It is used mainly for research addressing the ethnic-racial themes in children's education to support the study and also the Law 10.639 / 2003. The methodology used was descriptive, using the case study so that it reached the proposed objectives, adopting the questionnaire, the exploitation of documents and interview as tools for data collection. Its main results confirm the assumptions highlighted by the texts of our theoretical framework that teachers have difficulty seeing racism at school.

Keywords: Perceptions; Childhood; Teaching Early Childhood Education.

1. INTRODUÇÃO

É preciso combater o racismo em todas as suas formas e em todos os locais onde ele se faça presente. Nos últimos anos devido à luta de muitos negros e não negros nas diversas instâncias da vida social brasileira, incluindo a escola, houve muitos avanços na luta contra o racismo, mas ele ainda persiste e resiste, sendo que embora haja progressos neste embate há um longo caminho a ser percorrido.

Podemos perceber que apesar de todo aparato legal embutido na legislação educacional fruto da luta dos movimentos negro contra o racismo, a sonhada igualdade racial não chegou à

escola Relembremos a Lei n°. 10.639/2003, que não contempla a educação infantil, primeira

¹³ Especialista em Política da Promoção da Igualdade Racial na Escola (NEAB/UFES) e Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória (ES), Brasil. E-mail: jeadsantos@yahoo.com.br.

etapa da educação básica, no entanto, sabemos que a discriminação racial nessa etapa acontece, portanto, existe a necessidade do trabalho sistemático com a questão racial para tratar do assunto.

A partir da discussão sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil e a percepção das professoras de educação infantil a respeito do tema procuro tecer nesse artigo reflexões através de alguns resultados de uma pesquisa que buscou conhecer as percepções de um grupo de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil da Serra/ES, acerca de como ocorrem às relações étnico-raciais no espaço escolar, focando a infância e analisando como essas refletem em sua prática pedagógica.

Nosso interesse pela temática iniciou-se a partir do Curso de Especialização UNIAFRO - Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola ofertado pelo NEAB/UFES (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo) e também a partir de vivências e experiências como estudante e professor.

Vários questionamentos nos instigavam nesta pesquisa: como as professoras de educação infantil estavam se apropriando da lei 10.639/2003? Havia resistências por parte do magistério para o cumprimento da lei? E quais eram os esforços das secretarias para a implementação da mesma?

Dialogando com autores que discutem as questões étnico-raciais e a infância no Brasil (CAVALLEIRO 2003; SOUZA 2002; OLIVEIRA E ABRAMOWICZ 2010; FAZZI 2006 e DIAS 2007) e com base na legislação nacional sobre a temática em pauta construímos a base teórica do nosso estudo e orientamos nosso trabalho através da seguinte problematização: Quais as percepções que as professoras de educação infantil têm a respeito das relações étnico-raciais no contexto escolar?

Diante disso, o nosso principal objetivo nesta pesquisa foi identificar as percepções de um grupo de professoras de Educação Infantil de uma escola da Serra/ES acerca de como ocorrem às relações étnico-raciais no espaço escolar, focando a infância, bem como analisar como essas refletem em sua prática pedagógica.

A presente pesquisa foi descritiva e o método de pesquisa que norteou os nossos estudos foi o Estudo de Caso, por considerarmos este o mais adequado para compreender o significado e a intencionalidade das falas, vivência, valores, percepções, desejos, necessidades e atitudes das professoras. Realizamos a coleta de dados através questionários, exploração de documentos e entrevistas.

Educação Infantil e as questões étnico-raciais

Ao longo dos anos as instituições de Educação Infantil conseguiram avanços e historicamente vem avançando no combate às ideologias higienista e assistencialista que marcaram seu nascedouro. É nesse quadro que pesquisas como as de Cavalleiro (2003), Souza (2002), Oliveira e Abramowicz (2010), Fazzi (2006) e Dias (2007), denunciam parte das dolorosas situações vivenciadas pelas crianças negras na Educação Infantil ainda nos dias de hoje, mostrando que as percepções de infância, de crianças sugeridas pela legislação não atingem o dia-a-dia dos estabelecimentos de Educação Infantil.

A esse respeito, a pesquisa de Cavalleiro (2003) traça um amplo panorama sobre as relações étnico-raciais no interior da Educação Infantil, abordando tanto a relação adulto/criança, como também, a relação criança/criança e criança/família.

Ao pesquisar as relações apontadas acima, a preocupação da pesquisadora girava em torno das relações étnico-raciais. Dentre os resultados obtidos, chama atenção o contraste entre as declarações das professoras e as declarações das crianças. Enquanto as professoras defendiam uma ideia de harmonia e serenidade nas relações étnico-raciais, a pesquisadora observava que em seus gestos e falas as crianças negras reclamavam para ela, pesquisadora negra, que estavam expostas a situações vexatórias e a muito sofrimento, como por exemplo, serem tratadas por apelidos pejorativos e pelos respectivos nomes. Segundo a autora, as professoras reconhecem a existência do preconceito racial na sociedade, contudo, “[...] negam enfaticamente que esteja presente dentro da escola” (CAVALLEIRO, 2003, p. 49).

Ao negar a existência do racismo na instituição de ensino, as professoras também negam que as práticas discriminatórias possam afetar as crianças e por isso silenciam e admitem como naturais as situações de racismo vividas no ambiente da Educação Infantil, assim “[...] não é só comum, mas constante uma criança se referir a outra por meio de rótulos, tais como: negrinho feio, negrinho nojento, pretinha suja. Diante desses estereótipos as crianças negras são recusadas para formarem par nas filas, brincadeiras, festas” (CAVALLEIRO, 2003, p.52).

A pesquisadora em suas observações verificou que as professoras tratam desigualmente as crianças, a ponto de admitir uma desvalorização constante das crianças negras. Constatou que as profissionais da instituição em que realizou a pesquisa culpabilizavam a própria criança negra pela discriminação a que estavam expostas e afirmavam que as crianças negras não aceitavam a si mesmas, enquanto pessoas negras. Sob a mesma perspectiva Souza (2002) verificou em seu trabalho questões muito próximas das observadas por Cavalleiro (2003).

Observou-se o desejo das crianças negras em se tornarem brancas, com outro tipo de cabelo, num processo de negação de suas características físicas, auto-imagem e portanto, de sua condição racial. As professoras também atribuíram culpa as famílias, mas nunca a escola:

Isenta-se a escola das responsabilidades que lhe são cabíveis. E a família é quase sempre a considerada culpada por disseminar o preconceito, quer para a criança que reclama quando é vítima da discriminação, quer para a criança que demonstra um comportamento pautado no preconceito (CAVALLEIRO, 2003, p.52).

Ao analisar as relações étnico-raciais no tripé da Educação Infantil, criança-instituição-família, Cavalleiro (2003) denuncia que o silêncio se torna a arma mais poderosa e eloqüente de manutenção das desigualdades, é este mesmo silêncio que promove nas crianças negras uma impossibilidade de construir uma identidade negra positiva e ainda nas crianças brancas constrói um sentimento de superioridade.

É importante destacar que as situações de silêncio perante as situações racistas, não se limitam a Educação Infantil, pois, em investigação realizada em 1985 em escolas de Minas Gerais, Gonçalves (1985), já mostrara, em pesquisa em escolas dos anos iniciais da Educação Básica, o quanto o silêncio dos professores diante das situações de racismo que as crianças negras enfrentam é um problema sério que as escolas e os professores se recusavam a reconhecer. Em tempos de implementação da Lei 10639/03 cabe perguntar: O que terá mudado? Estão os professores mais comprometidos em reconhecer e combater comportamentos racistas? De que forma os professores vem atendendo a LDBEN (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) alterada pela Lei n°. 10.639/03? Como os professores percebem as crianças negras que estão sob suas responsabilidades?

Buscando responder os questionamentos levantados, examinemos a pesquisa de Oliveira e Abramowicz (2010), que buscou analisar as práticas educativas que ocorriam em uma instituição de educação infantil com ênfase na criança negra, constatou que as práticas de “paparicação” comuns na creche em situações em que as educadoras demonstravam determinado “carinho” em relação a determinadas crianças, eram na maioria das vezes destinadas apenas as crianças brancas. Segundo as autoras, na maior parte do tempo as crianças negras ficavam fora dessa prática da paparicação, em um processo de exclusão diferente de um ato de segregação, cabendo a elas apenas um “carinho diferenciado, com menor paparicação”, o que também ocorria com aquelas crianças brancas que não figuravam entre os “preferidos” das professoras.” (p. 218).

Conforme exposto pelas pesquisas das referidas autoras, é possível perceber as discriminações vivenciadas pelas crianças negras no interior da Educação Infantil, através

dos dados das pesquisas, Cavalleiro (2003), Souza (2002) e Oliveira e Abramowicz (2010) mostraram que ser uma criança negra nas instituições de Educação Infantil é, muitas vezes, um processo doloroso.

Outra pesquisa a respeito das dificuldades de ser criança negra na Educação Infantil é a de Fazzi (2006), que aborda o drama racial de crianças brasileira a partir da interação entre as crianças seus jogos, brincadeiras e dramatizações. A referida autora pesquisou a socialização entre pares, com crianças de três a seis anos e ressalta que:

[...] nas interações entre si, as crianças vão aprendendo o que significa ser de uma categoria racial ou de outra, criando e recriando o significado social de raça [...] O grande drama desse jogo é a negatividade associada a categoria preto/negro, que expõe as crianças nela classificadas a um permanente ritual de inferiorização” (FAZZI,2006, p.218).

As pesquisas de Cavalleiro (2003), Souza (2002) Oliveira e Abramowicz (2010) e Fazzi (2006) retratam instituições de Educação Infantil em que as educadoras não possuíam uma formação ou comprometimento com a educação das relações étnico-raciais, ao contrário, insistiam em negar a existência do racismo em suas instituições. Assim, embora as referidas pesquisas tenham excelentes proposições em relação à formação dos profissionais da área, são as suas denúncias sobre as condições marginalizadoras a que estão expostas às crianças negras na Educação Infantil, a maior contribuição das pesquisas em questão.

Diante do anteriormente exposto, cabe perguntar sobre a formação de professores para a educação das relações étnico-raciais. Nesse sentido há que se buscar a pesquisa de Dias (2007), cujo foco foi à formação de professoras da Educação Infantil para o combate ao racismo. Foram estudados dois cursos de formação para o referido público, sendo um no interior do estado de São Paulo e outro no estado de Mato Grosso. Dentre os resultados obtidos destaca-se que as educadoras “[...] dizem que percebem a discriminação no seu cotidiano escolar, mas precisam de oportunidades institucionais nas quais possam discutir e estudar o tema” (DIAS, 2007, p.282). Foi possível perceber que após o curso as professoras estavam instrumentalizadas para atuarem sobre as manifestações de racismo na escola. Outro avanço a ser destacado é em relação à sensibilidade das professoras para com outros grupos, além dos negros/as, que são marginalizados em nossa sociedade:

A discriminação em relação à mulher constituiu-se, no dizer das professoras, a forma que passou a ser mais bem identificada após a realização do curso. A discriminação com relação aos portadores de necessidades especiais e à orientação sexual foram as formas que se seguiram. Para nós, essa é uma questão importante, pois um dos principais argumentos dos opositores de trabalhos de formação com enfoque no combate ao racismo é que existem outros tipos de discriminações na sociedade brasileira, e não podemos privilegiar uma em detrimento da outra. Temos argumentado que a discriminação racial deve ter momentos específicos de formação porque se constitui um fator estruturante da sociedade brasileira e que, ao

discuti-la, fornecemos aos professores instrumentos para atuar sobre esse e outros tipos de discriminação (DIAS, 2007, p.285).

A formação somada à sensibilização das professoras para o combate ao racismo, acabam por exigir um posicionamento de enfrentamento das demais desigualdades existentes em nossas instituições de ensino e na sociedade como um todo. É importante destacar que a pesquisa de Dias (2007) foi desenvolvida após alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, pela lei 10.639/03; alteração essa que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana para toda a educação básica. E nesse sentido o parecer que a regulamenta CNE/CP/003, traça Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As referidas diretrizes trouxeram um avanço para a educação nacional, pois focalizam o combate às distorções sociais devidas as desigualdades étnico-raciais e ressalta a importância da educação das relações étnico-raciais. Ao focalizar as relações e não apenas um grupo étnico-racial, ressalta-se que a demanda por uma sociedade equânime é de todos os cidadãos e cidadãs. Trata o parecer CNE/CP/003 de:

[...] política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

Nesta perspectiva propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

Dessa forma conforme orienta o referido parecer, baseamos nossa educação para a igualdade étnico-racial, a partir das relações étnico-raciais que estabelecemos dentro e fora das escolas, por isso, a referida educação perpassa por atitudes e posturas. Assim não educamos apenas para as relações étnico-raciais como nos educamos nas relações étnico-raciais.

E são nas relações étnico-raciais que constituímos nossas percepções e experiências sobre o que significa pertencer à população negra, branca, asiática ou indígena, ou ainda sobre o que significa ser criança, jovem, adulto ou idoso, entre outros. O perceber e o experienciar desdobram-se em processos educativos de nossa formação humana, pois “[...] as pessoas se formam em todas as experiências de que participam em diferentes contextos ao longo da vida” (OLIVEIRA; SILVA E GONÇALVES JR; et al, 2009, p.7). Compreendo experiência a partir de Bondia (2002, p.21) que diz “experiência é aquilo que nos passa, o que nos, acontece o que nos toca”.

Percepção étnico racial na perspectiva das professoras

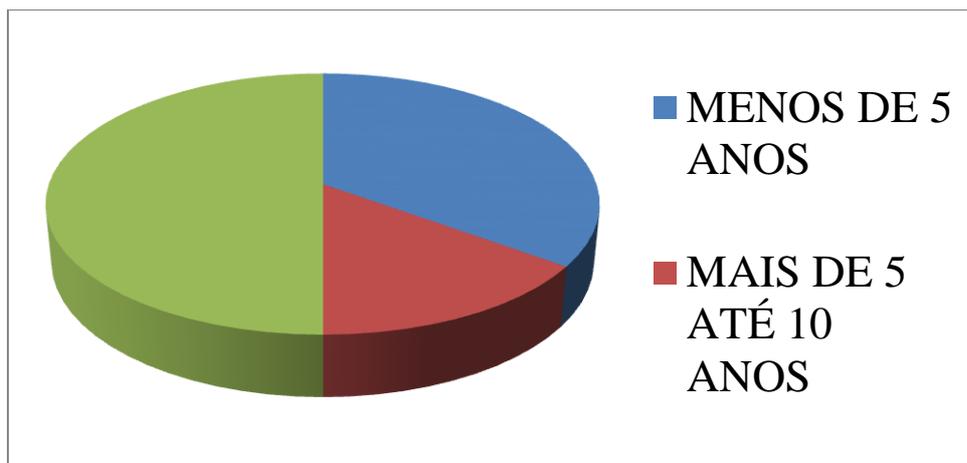
Os dados de nossos estudos foram coletados no Cmei (Centro Municipal de Educação Infantil) “África”¹⁴, através de questionário e exploração de documentos como Plano de Ação, PPP (Projeto Político Pedagógico) e Plano de Trabalho das professoras.

Na primeira etapa o questionário foi respondido por 12 professoras do Cmei “África”. Através deles buscamos identificar algumas questões como: conhecimento da lei 10.639/2003, relevância da lei na educação infantil, aplicação da lei nas aulas ou projetos das professoras, formação inicial e continuada com foco em conteúdos que tenham sido abordados em relação às relações étnico-raciais, etc.

A segunda etapa contemplou a análise de documentos como: Plano de Ação, PPP e Plano de Trabalho das professoras.

Na terceira etapa entrevistamos uma professora do Cmei “África”, concluindo a coleta de dados.¹⁵ Através do questionário podemos constatar que metade das professoras tem mais de 10 anos de profissão como podemos observar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: TEMPO DE SERVIÇO



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A importância da análise do tempo de serviço se dá ao compararmos com tempo da promulgação da lei 10.639/2003, ou seja, alguns já exerciam a profissão mesmo antes do advento da referida lei.

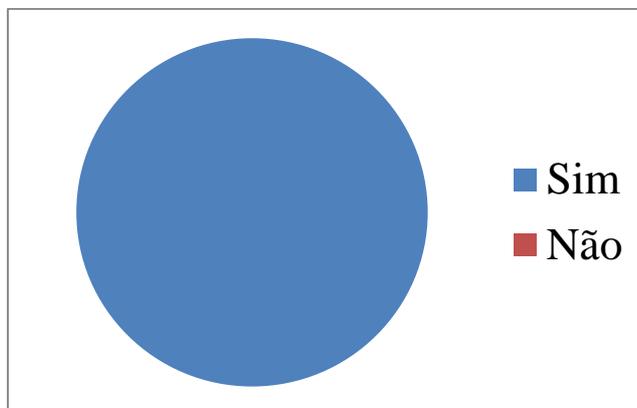
Um dado animador que constatamos é que todas as professoras conhecem a Lei n.º.

² Usamos o nome fictício de “África” para nomear o Cmei onde realizamos nossa pesquisa.

¹⁵ A entrevista com a professora se encontra na íntegra em nossa monografia intitulada “As Percepções das Professoras de Educação Infantil a Respeito das Relações Étnico-Raciais no Espaço Escolar em um CMEI do Município de Serra/ES”, e pode ser acessada no formato digital na biblioteca do NEAB/UFES, e não será abordada neste artigo devido à dimensão deste trabalho.

10.639/2003.

GRÁFICO 2: VOCÊ CONHECE A LEI 10.639/2003?



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Em relação à relevância da Lei n°. 10.639/2003, na Educação Infantil quando questionamos as professoras foram levantadas as seguintes afirmativas:

Todas as leis que regem a Educação são importantes sua relevância esta na importância da nossa descendência afro descendente, da valorização de sua cultura, comida, religião e principalmente do respeito a diversidade.

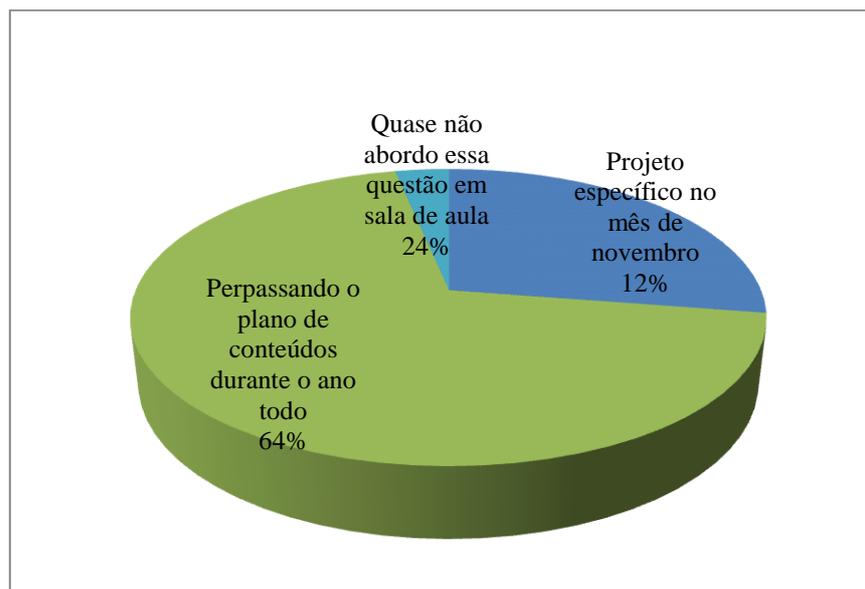
A lei 10639/03 é de suma importância na educação infantil, pois estimula o fim de atitudes racistas, o respeito às diferenças étnico-raciais e de gênero. Ajuda a melhorar a auto estima e contribui para o processo de construção da identidade de forma positiva.

Fundamental desde cedo ensinar e incentivar as crianças a terem consciência, dessa outra parcela da população, que precisa se ver na história e se ver de forma positiva. Mostrar que o nosso país foi construído a partir de vários grupos étnicos: o indígena, o negro e o europeu e que essas histórias todas tem que serem contadas para entendermos como funciona a sociedade brasileira.

Quando questionamos se as professoras estavam aplicando à Lei n° 10.639/2003 em suas aulas a maioria disse que sim, exceto apenas uma professora que se justificou: “[...] Não trabalho, porque as crianças da minha turma são muito pequenas” [...]. Em nossa opinião compete as professoras de educação infantil questionar-se, como o trabalho voltado para as relações étnico raciais deve ser desenvolvido nas turmas “menores”, na educação infantil.

Na questão seguinte que era um desdobramento da anterior questionamos como se dava a aplicação da Lei n°. 10639/2003 nas aulas das professoras e sugerimos três opções de respostas e obtivemos os seguintes resultados:

GRÁFICO 3: COMO SE DÁ A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA SUA SALA DE AULA?



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Ao pedirmos às professoras para relatar se já haviam desenvolvido algum projeto pedagógico relacionado à temática étnico-racial devido a casos de preconceito racial em sala de aula, algumas professoras relataram que ainda não, mas tivemos, por conseguinte, professoras que disseram que sim e destacamos alguns relatos:

O projeto foi desenvolvido, a partir da necessidade de melhorar o convívio entre as crianças brancas e negras na sala de aula. E, até de aceitação à minha pessoa, professora negra, pois a primeira era branca. No caso as crianças brancas não aceitavam a convivência com as negras, sempre rejeitadas, excluídas nas brincadeiras, e em alguns momentos adotando uma postura introvertida por medo de serem rejeitadas, ou ridicularizadas pelo seu grupo social.

Sim. Foi planejado abordar a estética negra, no caso o cabelo, um dos motivos dos quais residem alguns preconceitos. Nesse projeto foi trabalhado o livro “O cabelo de Lelé” e “Zacimba Gaba”, na turma de Grupo 2.

Quando indagamos como a turma reage nos momentos em que Lei n°. 10.639/2003 é aplicada no âmbito da escola tivemos respostas como:

Como as crianças são desprovidas de preconceito, pois isso é uma construção então a reação é a mais natural possível.

Bem. Ainda há alguns incômodos, mas bem menos que antes.

A turma reage de maneira positiva, emite opiniões críticas quanto a importância do respeito às diferenças.

Aprendem todo o conteúdo proposto com muita alegria.

Em outra questão abordamos se há relutância por parte dos responsáveis pela criança às atividades que contemplem a Lei n°. 10.639/2003, a maioria disse que não, exceto uma professora que nos trouxe um relato que nos chamou a atenção:

“Não. Pelo contrário. Eles se empenham em colaborar com a escola. Há sempre alguma restrição, mas, nada de mais. Como no caso de um aluno levar a boneca negra p/casa e na segunda-feira o pai do aluno, no relato, questionou o fato do filho ter levado a boneca p/casa. Primeiro porque ele não estava acompanhado o projeto da turma, e depois, porque o aluno era macho e não brincava de bonecas, foi uma postura machista, sem conhecimento e isolada, somente.”

Na questão que buscávamos saber qual era a percepção das professoras a respeito da existência de barreiras para a aplicação da Lei nº 10.639/2003, algumas professoras nos trouxeram seus anseios:

Falta capacitação nessa área de conhecimento, falta interesse por parte dos professores, falta incentivo aos professores.

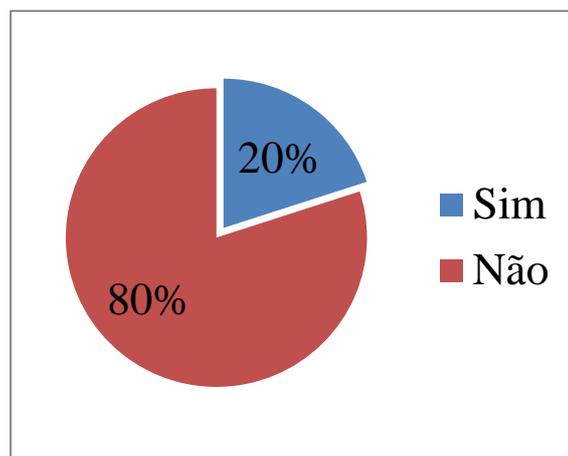
Pouca importância pelo tema desenvolvido.

Não existem barreiras, mas percebo que os brinquedos ainda não abrangem toda essa proposta. Como exemplo posso citar que praticamente não temos bonecos e bonecas negras.

Acredito que ainda há muito preconceito quando se fala da cultura africana. Algumas resistências dos próprios profissionais.

Quando indagamos as professoras se haviam passado por alguma atualização para aplicação da lei em sua prática em sala de aula. As professoras responderam:

GRÁFICO 4: PASSOU POR ALGUMA ATUALIZAÇÃO PARA APLICAR A LEI EM SUA PRÁTICA EM SUA SALA DE AULA?

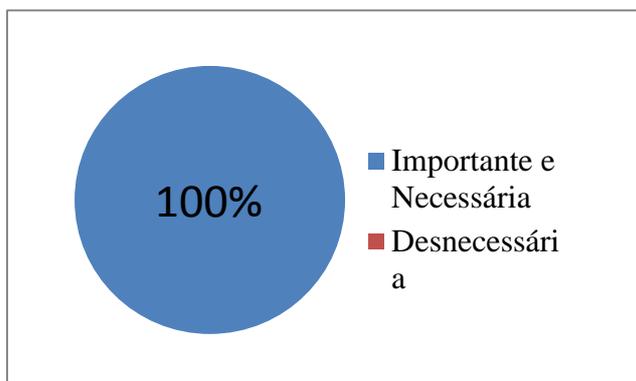


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Por conseguinte questionamos se em seu processo formativo inicial haviam adquirido conhecimento da cultura afro-brasileira e africana e em que local isso havia acontecido. Algumas professoras citaram a faculdade, mas a maioria disse que não tiveram essa oportunidade de conhecer na sua formação inicial.

Em relação ao que acham da lei 10.639/2003 no espaço escolar elas opinaram:

GRÁFICO 5: O QUE ACHA DA LEI 10.639/2003 NO ESPAÇO ESCOLAR?



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Finalizamos questionando se havia participado de alguma formação oferecida pelo município de Serra/ES para aplicação da lei e a maioria afirmou que não, mas alguns disseram que já participaram de formação oferecida pelo município.

Como já havíamos pontuado anteriormente, a nossa análise documental se debruçou sobre o PPP, Plano de Ação 2016 e Cadernos de Planejamento das Professoras e procurávamos buscar o que prescreve os referidos documentos a respeito das relações étnico-raciais no espaço escolar do Cmei África.

O Projeto Político Pedagógico inicial foi aprovado em 16 de março de 2011, conforme resolução CMES (Conselho Municipal de Educação de Serra) nº 161/2011. Nos anos de 2012 e 2013, as profissionais trabalharam em sua atualização complementando dados de pesquisas junto à comunidade e novas reflexões a partir das DCNEIs (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil), acrescentando a este, maiores informações sobre as características da comunidade e dos alunos e a inclusão das disciplinas de Arte e de Educação Física em seu currículo, bem como reformulando o Projeto Institucional. No ano de 2014, houve a sua última reformulação, sendo que até o presente momento da pesquisa ele não havia sido revisado, apesar de o próprio documento propor que: “a cada ano, além de subsidiar todo o trabalho do CMEI, ele seja alvo de novas discussões e readequações” (p. 97).

No Projeto Político Pedagógico do Cmei “África”, encontramos na parte que trata do

“Currículo na Educação Infantil”, uma citação retirada das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil de (2009), a respeito das diretrizes que devem ser respeitadas para a organização do currículo na educação infantil: “combater o racismo e as discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas”. (p.61).

Também encontramos nos conteúdos referente a datas comemorativas o seguinte objetivo: “Propiciar a interação e o conhecimento das manifestações e tradições culturais brasileiras” p. 77.

Decidimos, a partir de então, tentar visualizar nos documentos seguintes, Plano de Ação (2016) e Caderno de Planejamento das Professoras, como o que foi dito no Projeto Político Pedagógico estava sendo posto em prática.

No Plano de Ação (2016) do Cmei “África” que é o documento elaborado por professoras e corpo técnico (pedagogos e diretor), onde são traçadas as metas e um balanço do ano anterior tanto nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, não conseguimos visualizar nenhuma ação proposta referente às relações étnico-raciais. Podemos citar como exemplo, os projetos, programas e eventos planejados para 2016 onde nenhum é voltado para este tema, na Festa Cultural nenhuma dança apresentada versava sobre este tema.

O Projeto Institucional do Cmei neste ano é intitulado de “Viajando no Mundo da Literatura Infantil: “Era Uma Vez...”, onde cada turma desenvolveu subprojetos relacionados à temática, onde apenas um tem por objetivo trabalhar com a literatura infantil negra. Pensamos que a maioria das crianças do Cmei “África” não conseguiram se ver nas histórias contadas e trabalhadas nestes projetos, pois como visualizamos nesta pesquisa a maioria das crianças deste Cmei é pardos/negros, e sabemos que a maioria dos contos infantis tem como pano de fundo a cultura européia.

No Caderno de Planejamento das Professoras, que é o local onde cada docente registra seu Plano de Trabalho individual e traz informações como planejamento pedagógico realizado durante o ano: conteúdos, objetivos, critérios para avaliação, rotinas, projetos e eventos que deverão ser desenvolvidos pelas professoras, também encontramos escassos conteúdos e atividades que tratassem das relações étnico-raciais, em desacordo com as respostas das professoras nos questionários onde 64%, disseram que estes conteúdos perpassavam o plano de conteúdos durante o ano todo.

Cabe ressaltar que todas as proposições dos referidos planos devem ser fundamentadas no Projeto Político Pedagógico do Cmei, e que semanalmente as pedagogas tem encontros com cada professor individualmente para acompanhar e colaborar com os trabalhos desenvolvidos.

Considerações Finais

Na prática da escola observada, apesar do tempo curto de pesquisa, podemos perceber o trabalho desenvolvido, infelizmente de forma descontínua, apesar de a temática fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola, assim como a falta um planejamento voltado para o trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira durante todo o ano letivo. Lamentavelmente também percebemos que a escola não dispõe de materiais adequados para trabalhar a temática étnico-racial na Educação Infantil, mesmo assim, foi possível observar o esforço de algumas professoras.

Neste trabalho de investigação que realizamos, comprovamos que nas instituições de Educação Infantil, o trabalho com a temática étnico-racial, ocorre de forma descontínua por várias razões: desde a falta de materiais adequados ao público específico quanto o desconhecimento de metodologias apropriadas. E dentre os obstáculos que mais inviabilizam o processo de implementação da temática é a falta de formação (inicial e continuada) das professoras e o descaso dos responsáveis institucionais é um dos impedimentos mais significativo. Desse modo, cabe ressaltar, aos responsáveis pelo sistema de ensino municipal, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, o estabelecido na Resolução 01/2004, a obrigatoriedade de promover o aprofundamento de estudos e a formação continuada, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos e projetos voltados para o desenvolvimento do conteúdo em questão.

O trabalho de pesquisa que realizamos nesta instituição, não tinha a pretensão de encontrar “lacunas” em relação à inserção da questão étnico-racial e nem procurava nas professoras elementos para culpabilizá-las pelo cumprimento ou não da Lei n.º. 10639/03, buscávamos, estabelecer relações entre as práticas pedagógicas e as concepções que a sustentam com as interações estabelecidas com crianças negras no cotidiano da escola, e também o que pretendíamos de fato era observar e apresentar os possíveis acertos a partir das práticas que pudessem contribuir para um trabalho eficaz. Ao mesmo tempo compreender as causas que inviabilizam a inserção da temática na Educação Infantil.

Diante desse quadro, ao analisarmos as questões referentes às percepções das professoras, confirmamos as suposições destacadas pelos textos do nosso referencial teórico, onde as professoras encontram dificuldades para enxergar o racismo na escola.

Concluimos dizendo que a educação étnico-racial deve ser incentivada em todos os estabelecimentos de ensino independente da faixa etária dos alunos. E é necessário lembrar que ainda precisamos avançar muito, à medida que esse trabalho permitiu apenas um

mergulho superficial, mas elucidativo sobre a educação étnico racial no Cmei “África”, e esperamos que esse estudo possa contribuir, no mínimo, para a reflexão de todos aqueles envolvidos com a Educação Infantil deste Cmei comprometidos com a formação de uma sociedade melhor. A importância dessa temática é para além do reconhecimento da contribuição do povo negro na sociedade brasileira, vem para afastar as práticas de preconceito e racismo ainda existentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19: 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei nº 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Brasília, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo**. 2007. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Luis Alberto. **O silêncio um ritual pedagógico a favor da discriminação**. 1985. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, F. de & ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e "paparicação". *Educ. rev.*[online]. 2010, vol.26, n.2, pp. 209-226.

OLIVEIRA; SILVA; GONCALVES JR, et al. **Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre a pesquisa educacional em espaços sociais**. In: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT06-5383-- Int.pdf>, 2009.

SOUZA, Y. C. de. **Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira**. Porto Alegre: Mediação, 2002.